**VEJA 12/11/2012 Setor elétrico : Empresários reforçam críticas ao modelo de renovação das concessões.**

**Nesta terça-feira, o conselho de administração da Cteep divulgou que considera inviáveis as condições impostas pelo governo**

Linhas de Transmissão de energia (ABR)

A possibilidade de a Cteep não renovar suas concessões, anunciada nesta terça-feira, voltou a aquecer os debates sobre as renovações nesta semana. No último dia 1º, o governo divulgou um valor para indenizações das companhias muito aquém do que elas desejavam - a soma publicada do Diário Oficial foi de 20 bilhões de reais, enquanto a Eletrobras, por exemplo, esperava receber sozinha 30 bilhões de reais.

Nesta terça-feira, o conselho de administração da Cteep, controlada pela colombiana ISA, divulgou que considera inviáveis as condições impostas pelo governo para renovar a concessão da maior empresa de transmissão do país. A empresa informou ainda que convocará uma assembleia geral de acionistas para o dia 3 de dezembro próximo para que se pronuncie sobre a possível renovação da concessão, mas que recomendará que a proposta do governo não seja aceita.

A concessão que a Cteep tem para operar a maior rede de transmissão de energia elétrica do Brasil vence em julho de 2015, mas o governo propôs renová-la por 30 anos a partir de janeiro de 2013 com condições que limitam os lucros da empresa. Tais condições figuram nos decretos assinados pela presidente Dilma Rousseff em setembro para antecipar a renovação dos contratos com todas as empresas concessionárias de energia que vencem até 2017.

A proposta prevê uma prorrogação das concessões, mas limita os lucros das geradoras, transmissoras e distribuidoras para poder reduzir os custos da energia para os consumidores.

Leia também: Em dois meses, 27 elétricas perdem R$ 31 bi na Bovespa

Dilma defende renovação de concessões do setor elétrico

Ações do setor elétrico despencam na Bovespa

Em caso de todas as concessionárias aceitarem os termos propostos, as tarifas de energia elétrica no Brasil serão reduzidas a partir de janeiro próximo em 16,2% para os consumidores e 28% para as indústrias.

Segundo o conselho de administração da Cteep, um estudo encomendado pela companhia mostrou que a melhor alternativa é manter a concessão até seu vencimento em 7 de julho de 2015 e não renová-la nos termos propostos pelo governo. O estudo citado conclui que para a companhia é mais rentável receber as respectivas indenizações previstas pelo governo para os ativos não amortizados do que manter a concessão por outros 30 anos com os lucros significativamente limitados.

"A Cteep reafirma seu interesse em manter-se à frente da gestão da concessão, mas com condições econômico-financeiras satisfatórias que convenham aos acionistas e que garantam condições de operação com segurança", segundo o comunicado.

O controlador da Cteep é o grupo colombiano ISA, proprietário de 37,81% do capital total e de 89,50% das ações com direito a voto. O governo brasileiro é o segundo maior acionista através da Eletrobrás, mas, apesar de possuir 35,23% do capital total da companhia, só tem 9,75% das ações com direito a voto.

O principal ativo da ISA no Brasil é justamente Cteep, empresa que controla desde sua privatização em 2006. Os porta-vozes do ISA no Brasil esclareceram em uma teleconferência que, embora percam sua principal concessão, manterão seus outros ativos no país e vão continuar estudando outras possíveis licitações nos próximos anos.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o presidente do conselho de administração da Cteep, o colombiano Luis Fernando Alarcón Mantilla, afirmou: "A diferença é substancial (de lucro), por isso estamos optando por continuar com ativos pelos próximos dois anos e meio, nas atuais condições", explicou sobre a opção de não renovar as concessões. Ele acrescentou ainda que o grupo está conduzindo a decisão de forma transparente e que considera que o governo brasileiro é sério o suficiente para propor uma alternativa de renovação que pode ser ou não aceita pelas empresas.

Reclamações também foram registradas por outros empresários. Em uma teleconferência realizada nesta segunda-feira, o diretor de energia da Light, Evandro Vasconcelos, afirmou que a MP 579 causou uma "paralisia no mercado", impedindo o andamento de negociações do setor. Ele emendou que todos estão esperando o que vai acontecer de fato com a MP 579, que está em votação no Congresso.

Eletrobras — A Eletrobras, uma das mais afetadas com as renovações, também vem mostrando insatisfação com as decisões governamentais. Após a divulgação de indenizações muito aquém do que a estatal esperava, um dos membros do conselho fiscal da Eletrobas, Manuel Jeremias Leite Caldas, disse em entrevista ao Valor Econômico que "aceitar a proposta será uma irresponsabilidade dos administradores da Eletrobras